

# 6. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

# 6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação de empreendimentos turísticos e atividades correlatas, sob o aspecto legal ambiental, serão aqui apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

Os capítulos da Lei Maior pertinentes ao meio ambiente que regem cada esfera do poder serão transcritos. Os demais instrumentos legais, nas esferas federal, estadual e municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas, tanto as referentes ao meio ambiente como em particular as que envolvem direta e indiretamente projetos, instalações e operações do empreendimento turístico e macrozoneamento com fins de uso e ocupação do solo em ambiente litorâneo, serão citados e discriminados.

# 6.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

# 6.2.1. Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. O <u>Art. 20</u> declara quais são os bens da união, incluindo dentre outros os lagos, rios, as praias marítimas e ilhas oceânicas e costeiras.

"Art. 20. São bens da União:

- I os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005):
- V os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- VI o mar territorial;
- VII os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- VIII os potenciais de energia hidráulica;



- IX os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- § 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- § 2º A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei."

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do <u>Art. 23</u>, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.

- "Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios":
  - I zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
  - II cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
  - III proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
  - IV impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural:
  - V proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;
  - VI proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
  - VII preservar as florestas, a fauna e a flora;
  - VIII fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
  - IX promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico:
  - X combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização social dos setores desfavorecidos;
  - XI acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
  - XII estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.
- Parágrafo Único: Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional".

O <u>Art. 24</u> fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

- "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
  - I direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
  - II orçamento;
  - III juntas comerciais;
  - IV custas de serviços forenses;
  - V produção de consumo:



- VI florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição;
- VII proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX educação, cultura, ensino e desporto;
- X criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI procedimentos em matérias processuais;
- XII previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV proteção à infância e à juventude;
- XVI organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- § 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a esclarecer normas gerais.
- § 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- § 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- § 4º. "A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, o <u>Art. 216</u> define que constitui o patrimônio cultural do país os bens naturais e imateriais, destacando-se aí os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

- "Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
  - I as formas de expressão;
  - II os modos de criar, fazer e viver:
  - III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
  - IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
  - V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
  - § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
  - § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
  - § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
  - § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
  - $\S$  5° Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
  - § 6 ° É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).
  - I despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);
  - II serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);



III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)."

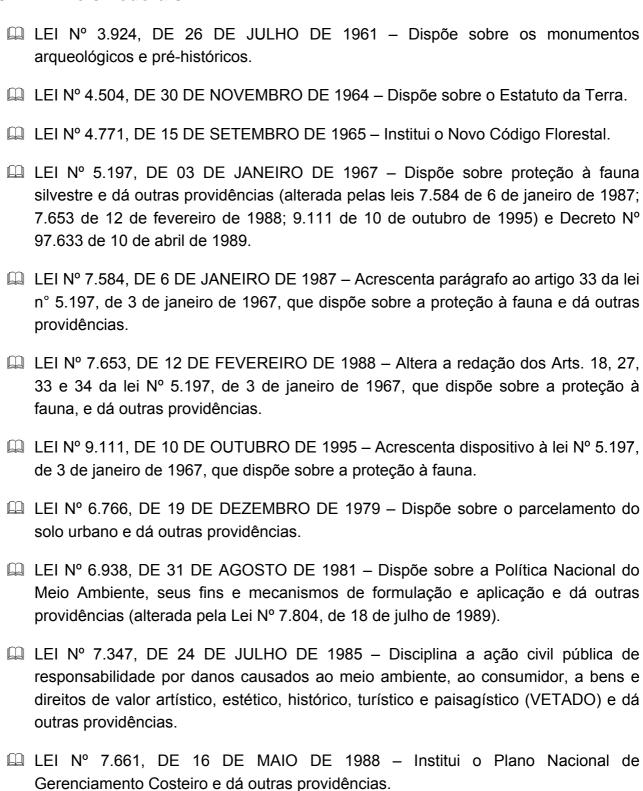
No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista. A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvos de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

- "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.
  - § 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
  - I preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas:
  - II preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
  - III definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
  - IV exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
  - V controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
  - VI promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
  - VII proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.
  - § 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
  - § 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
  - § 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
  - § 5°. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
  - § 6°. "As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas".



### 6.2.2. Relação e Discriminação da Legislação Federal

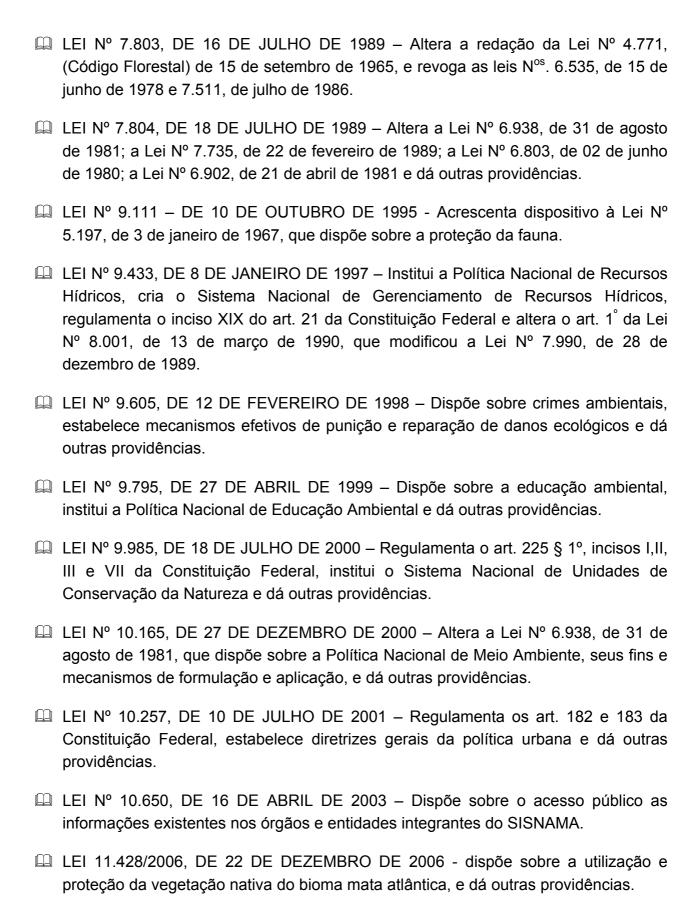
#### 6.2.2.1. Leis Federais



LEI Nº 7.797, DE 10 DE JUNHO DE 1989 - Cria o Fundo Nacional de Meio

Ambiente e dá outras providências.

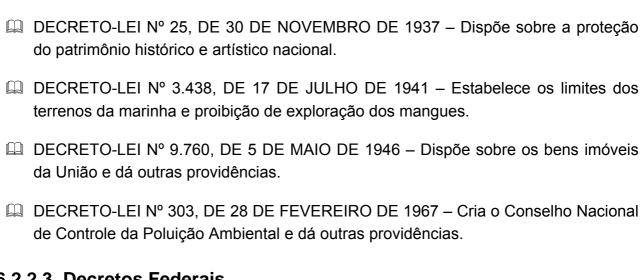






LEI N° 11.481, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007 – Dispões sobre bens imóveis da União, sobre a demarcação de terrenos de marinha, regularização fundiária de interesse social, altera o Decreto-Lei N° 9.760/46 e dá outras providências.

#### 6.2.2.2. Decretos-Lei Federais

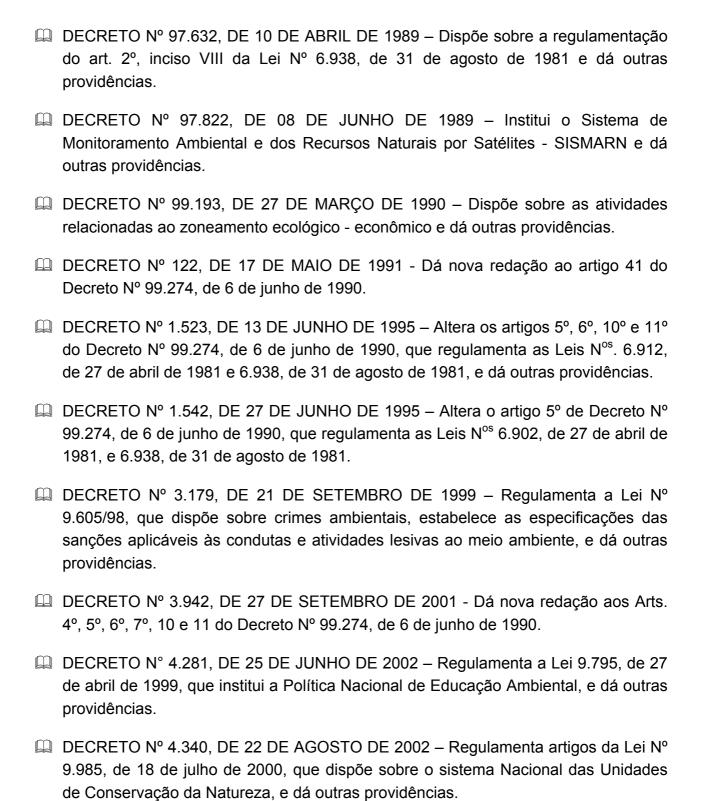


### 6

	DECRETO-LEI Nº 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.	
5.2.2.3. Decretos Federais		
	DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 – Institui o Código de Águas.	
	DECRETO N° 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 — Dispõe sobre a poluição das águas.	
	DECRETO Nº 79.367, DE 09 DE MARÇO DE 1977 – Estabelece o padrão da potabilidade da água.	
	DECRETO Nº 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.	
	DECRETO Nº 86.028, DE 27 DE MAIO DE 1981 – Institui em todo o Território Nacional a Semana Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 – Acrescenta incisos ao Art. 37, do Decreto Nº 88.351, de 10 de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente	

- DECRETO Nº 97.633, DE 10 DE ABRIL DE 1989 Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e dá outras providências.





DECRETO Nº 5.300, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta a Lei Nº 7.661,

critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece

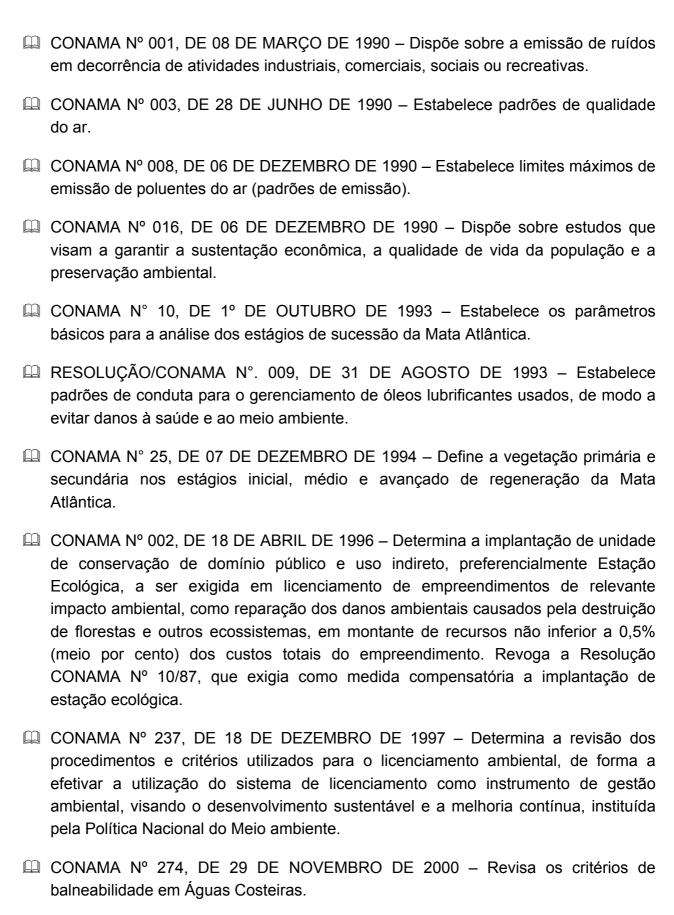


- DECRETO Nº 5.092 DE 21 DE MAIO DE 2004 Define regras para identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
- DECRETO Nº 5.975, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 6.686, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008 Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
- DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.

## 6.2.2.4. Resoluções

- CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- CONAMA Nº 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 Aprovados modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.
- CONAMA Nº 013, DE 18 DE MARÇO DE 1986 Cria a Comissão Especial para reformular a Portaria GM/MINTER Nº 13, que dispõe sobre a classificação das águas interiores no Território Nacional.
- CONAMA Nº 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.

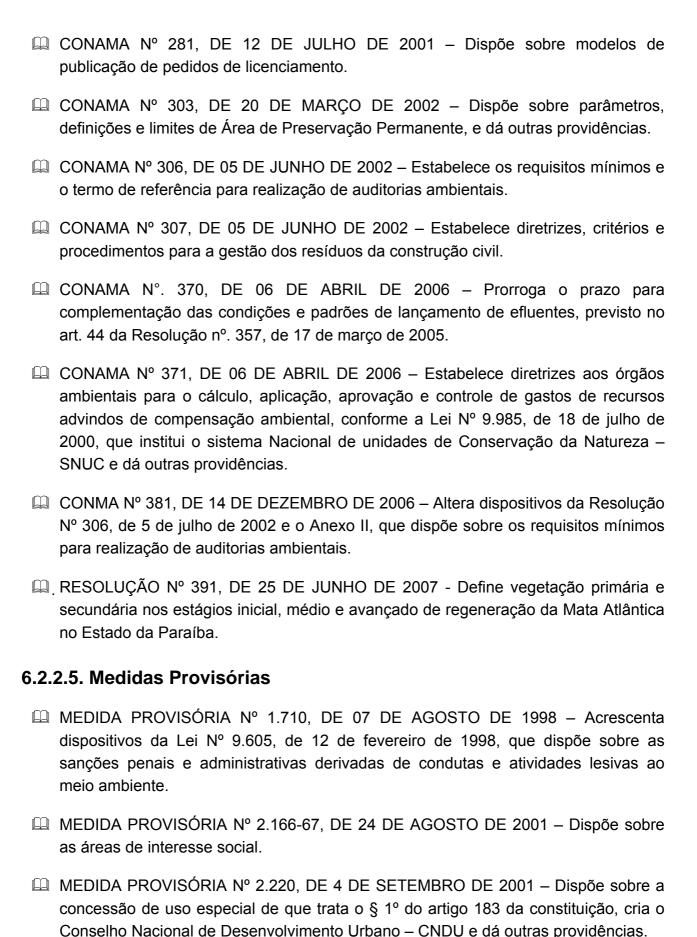




□ CONAMA Nº 275, DE 25 DE ABRIL DE 2001 – Estabelece código de cores para

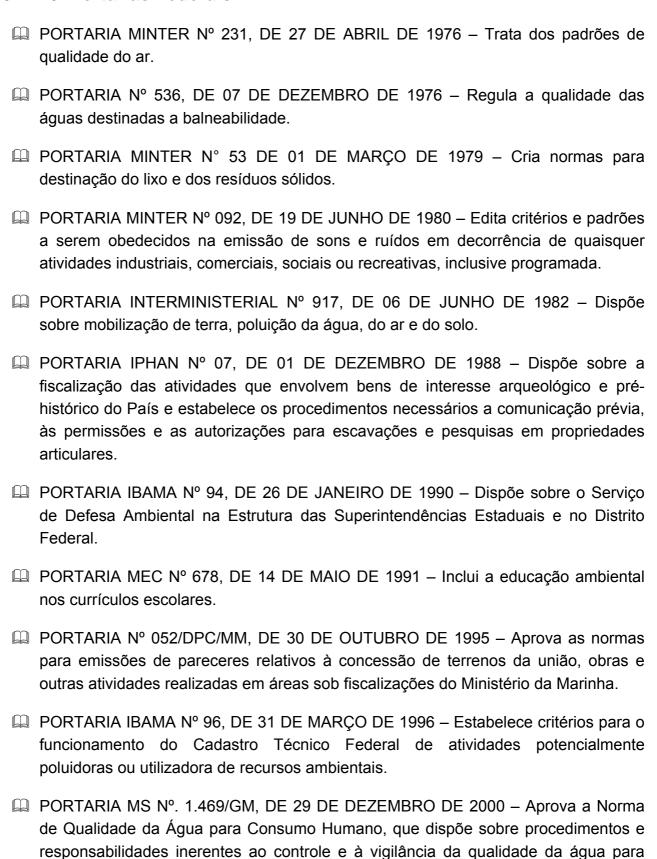
diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.







### 6.2.2.6. Portarias Federais



consumo humano, estabelece o padrão de potabilidade da água para consumo

humano, e dá outras providências.



- PORTARIA IPHAN Nº. 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 Dispõe sobre a compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com estudos arqueológicos para empreendimento capazes de afetar o patrimônio arqueológico na sua área de intervenção.
- PORTARIA NORMATIVA DO IBAMA Nº 10, DE 22 DE MAIO DE 2009 Dispõe que a aplicação da Instrução Normativa nº 146, de 10 de janeiro de 2007, fica restrita ao licenciamento de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.

### 6.2.2.7. Instrução Normativa

- INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA N° 3, DE 26 DE MAIO DE 2003 Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IBAMA N° 146, DE 10 DE JANEIRO DE 2007 Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo da fauna (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em área de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 6, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.

# 6.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

## 6.3.1. Constituição Estadual

Ao nível estadual, a Constituição da Paraíba, no Capítulo IV, trata especificamente do Meio Ambiente e do Solo. Em seu art. 227 menciona que é dever do Estado a defesa e preservação do Meio Ambiente para as gerações futuras. Para garantir esses objetivos de proteção ambiental são listados os instrumentos que devem ser criados para que o Poder Público possa efetivamente realizar a devida proteção. Atividades utilizadoras ou não de recursos ambientais, mas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental necessitam de licença para operar. Já o art. 229 dispõe sobre a ocupação da zona costeira e os requisitos para que se possa construir nessa área.



CAPÍTULO IV	
DA PROTECÃO DO MEIO AMBIENTE E DO S	OLO

Art. 227 - O meio ambiente é do uso comum do povo e essencial a qualidade de vida, sendo dever do Estado defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único - Para garantir esse objetivo, incumbe ao Poder Público:

- I preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais;
- II proteger a fauna e a flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade;
- III proibir as alterações físicas, químicas ou biológicas, direta ou indiretamente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade;
- IV promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- V criar a disciplina Educação Ambiental para o 1°, 2° e 3° graus, em todo o Estado;
- VI preservar os ecossistemas naturais, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora silvestres, notadamente das espécies raras ou ameaçadas de extinção;
- VII considerar interesse ecológico do Estado toda a faixa de praia de seu território até cem metros da maré de sizígia, bem como a falésia do Cabo Branco, Coqueirinho, Tambaba, Tabatinga, Forte e Cardosa, e ainda, os remanescentes da Mata Atlântica, compreendendo as matas de Mamanguape, Rio Vermelho, Buraquinho, Amém, Aldeia de Cavaçu, de Areia, as matas do Curimataú, Brejo, Agreste, Sertão, Cariri, a reserva florestal de São José da Mata no Município de Campina Grande e o Pico do Jabre em Teixeira, sendo dever de todos preservá-los nos termos da lei e desta Constituição;
- VII elaborar o inventário e o mapeamento das coberturas vegetais nativas, visando à adoção de medidas especiais de protecão;
- IX designar os mangues, estuários, dunas, restingas, recifes, cordões litorâneos, falésias e praias, como áreas de preservação permanente.
- Art. 228 A construção, instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos, equipamentos, pólos industriais, comerciais e turísticos, e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, dependerão de prévio licenciamento do órgão local competente, a ser criado por lei, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA.
- § 1º O órgão local de Proteção Ambiental, de que trata o "caput" deste artigo, garantirá, na forma do artigo 225 da Constituição Federal, a efetiva participação do órgão regional estadual da área específica, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba-IPHAEP da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza APAN, e de entidades classistas de reconhecida representatividade na sociedade civil cujas atividades estejam associadas ao controle do meio ambiente e a preservação da sadia qualidade de vida.
- § 2º Estudo de prévio de impacto ambiental será exigido para instalação de obra ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente.
- Art. 229 A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei.
- § 1º O Plano Diretor dos Municípios da faixa costeira disciplinará as construções, obedecidos, entre outros, os seguintes requisitos:



- a) nas áreas já urbanizadas ou loteadas, obedecer-se-á a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir trinta e cinco metros de altura, no limite da faixa mencionada neste artigo;
- b) nas áreas a serem urbanizadas, a primeira quadra da praia deve distar cento e cinqüenta metros da maré de sizígia para o continente, observa o disposto neste artigo;
- c) constitui crime de responsabilidade a concessão de licença para a construção ou reforma de prédios na orla marítima, em desacordo com o disposto neste artigo.
- d) excetua-se do disposto nas alíneas anteriores, a área do porto organizado do Município de Cabedelo, constituída na forma da legislação federal e respectivas normas regulamentares, para as construções e instalações industriais. (acrescido pela Emenda Constitucional n°. 15 de 28/08/2003).
- § 2º As construções referidas no parágrafo anterior deverão obedecer a critérios que garantam os aspectos de aeração, iluminação e existência de infra-estrutura urbana, compatibilizando-os, em cada caso, com os referenciais de adensamento demográfico, taxa de ocupação e índice de aproveitamento.
- Art. 230 A conservação e a proteção dos componentes ecológicos e o controle da qualidade do meio ambiente serão atribuídos a um Conselho, que será formado na proporção de um terço de representantes do órgão estadual da área específica, um terço de representantes de entidades cujas atividades estejam associadas ao controle ambiental e um terço de representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba.
- Art. 231 O Estado estabelecerá plano de proteção ao meio ambiente, adotando medidas indispensáveis à utilização racional da natureza e à redução da poluição causada pela atividade humana.
- Art. 232 No território paraibano, é vedado instalar usinas nucleares e depositar lixo atômico não produzido no Estado.
- Art. 233 O Estado agirá direta ou supletivamente na proteção dos rios, córregos e lagoas e dos espécimes neles existentes contra a ação de agentes poluidores, provindos de despejos industriais.
- Art. 234 O Estado elaborará programa de recuperação do solo agrícola, conservando-o, com o objetivo de aumentar a produtividade.
- Art. 235 É vedada, no território estadual, a prática de queimadas danosas ao meio ambiente, bem como a construção em áreas de riscos geológicos.

## 6.3.2. Leis Estaduais

166 da Constituição do Estado da Paraíba.
□ LEI N°. 4.033, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1978 - Dispõe sobre a criação da SUPERINTENDENCIA DE ADMINITRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS DA PARAIBA - SUDEMA-PB, e dá outras providências.
□ LEI N°. 4.335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1981 - Dispõe sobre Prevenção e

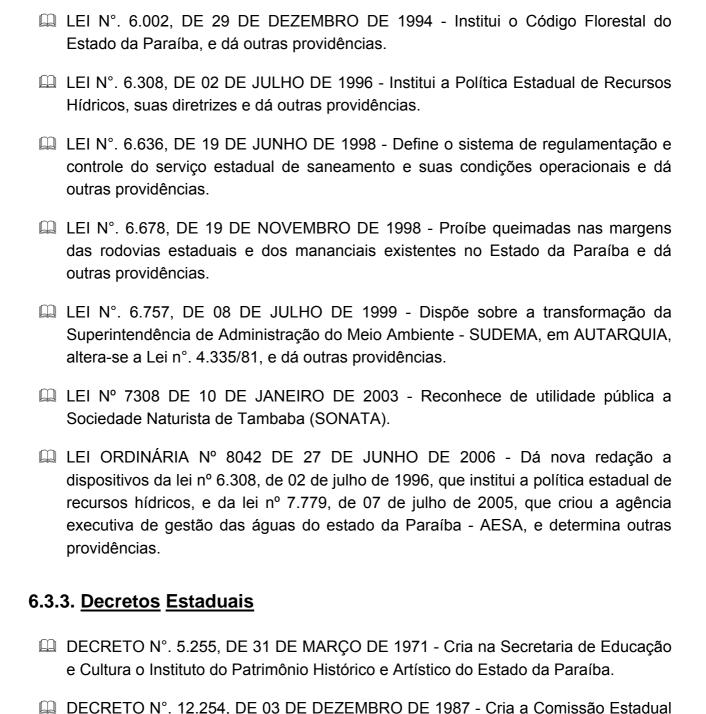
LEI COMPLEMENTAR N°. 12, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1976 - Regulamenta o art.

LEI COMPLEMENTAR N°. 08, DE 21 DE JANEIRO DE 1991 - Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei Complementar n°. 28, de 06.07.82 (Lei Orgânica do Ministério Público) e dá outras providências. (Cria a Curadoria do Meio Ambiente).

Controle da Poluição Ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie.

LEI N°. 5.675, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1992 - Dispõe sobre a Sinalização Ecológica pelo Poder Executivo Estadual em Unidades do Estado.





de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG/PB), e determina outras

Organizacional Básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba - SUDEMA/PB, e dá outras

DECRETO N°. 12.360, DE 20 DE JANEIRO DE 1988 - Dispõe sobre a Estrutura

providências.

providências.



para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências. DECRETO N°. 13.798, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990 - Regulamenta a Lei N°. 4.335, de 18 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras da espécie, e dá outras providências. DECRETO N°. 14.089, DE 12 DE SETEMBRO DE 1991 - Dá nova redação ao artigo 5° e ao seu I; ao seu inciso I; ao inciso I do artigo 6°, todos do Decreto n°. 13.798 de 26 de dezembro de 1990, e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto. DECRETO N°. 14.474, DE 27 DE MAIO DE 1992 - Dá nova redação ao Art.5° e ao seu Inciso I; ao Inciso I do Artigo. 6º, todos do DECRETO Nº. 13.798 de 26 de dezembro de 1990, adequando-o à Lei N°. 5.583, de 19 de maio de 1992,e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto. DECRETO N°. 15.149, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993 - Cria o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Paraíba, institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico e dá outras providências. DECRETO N°. 15.357, DE 15 DE JUNHO DE 1993 - Estabelece padrões de emissões de ruídos e vibrações bem como outros condicionantes ambientais e dá outras providências. DECRETO N°. 18.378, DE 31 DE JULHO DE 1996 - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

DECRETO N°. 12.552, DE 12 DE JUNHO DE 1988 - Dá nova redação aos Artigos 3°, 5° e 7°, do Decreto N°. 12.254, de 03 de dezembro de 1987, e dá outras

DECRETO N°. 12.965, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1989 - Aprova o Regimento

DECRETO N°. 13.529 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990 - Transfere a Presidência da

DECRETO N°. 13.622, DE 17 DE ABRIL DE 1990 - Transfere a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG-PB) e sua Secretaria Executiva

de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências.

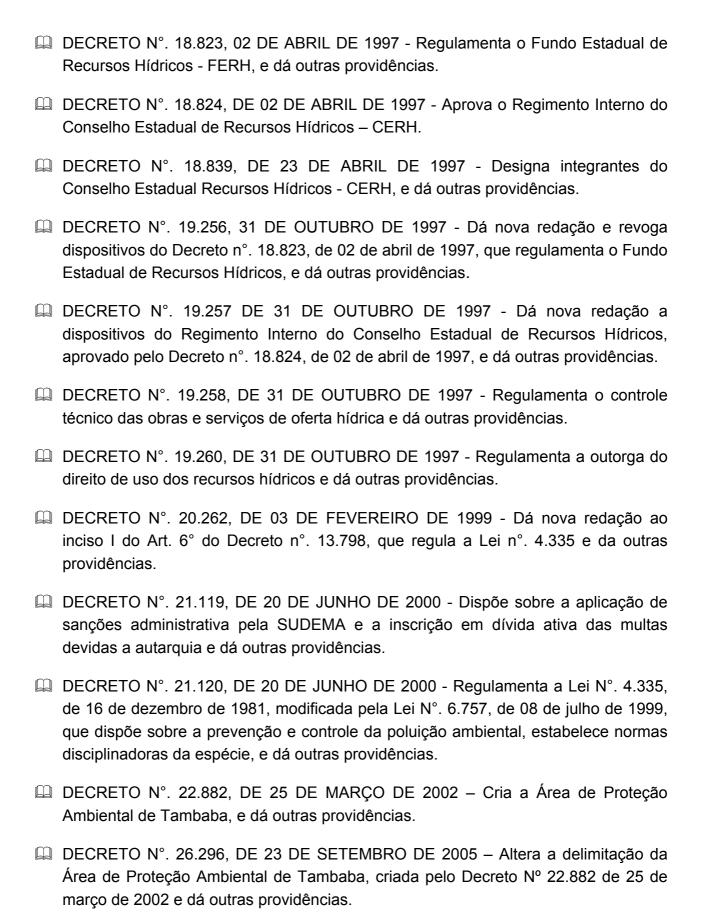
Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (COMEG/PB), e dá outras

Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba para à Superintendência

providências.

providências.







DECRETO N.º 27.562, DE 04 DE SETEMBRO DE 2006 - Institui o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul e dá outras providências.

### 6.3.4. <u>Portaria</u>

PORTARIA Nº 133/2003/DS/SUDEMA, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003 – Cria Comissão para análise dos aspectos técnicos e jurídicos, dos loteamentos existentes na APA de Tambaba, Município do Conde, objetivando os empreendedores, bem como a Administração Pública, na adoção das providências pertinentes ao licenciamento ambiental.

# 6.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- LEI MUNICIPAL Nº 07, DE 30 DE JANEIRO DE 1978 Dispõe sobre o perímetro urbano do município do Conde.
- DECRETO N. 276, DE 25 DE JANEIRO DE 1991 Institui a Área de Preservação Ambiental, autoriza à Pratica do Naturismo, sob a Forma de Concessão Exclusiva à Associação dos Amigos de Tambaba AAPT, e dá outras providências;
- LEI Nº. 256/2002, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 Regulamenta o Decreto Nº.276/91 que criou área de preservação ambiental e da prática do naturismo no balneário de Tambaba e dá outras providências.